

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.415.563 - PB (2013/0364408-7)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : MANOEL FERREIRA DA SILVA
ADVOGADOS : YURI PORFÍRIO CASTRO DE ALBUQUERQUE - PB010673
HERMANO PONTES DE MIRANDA NETO E OUTRO(S) -
PE025254
RECORRIDO : UNIÃO

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Manoel Ferreira da Silva, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do inciso III do art. 105 da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo TRF da 5ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 146):

Administrativo. Servidor Público Federal. Implantação de diferença referente aos 28,86%, instituído pelas Leis 8.622/93 e 8.627/93.

Reconhecimento administrativo com a edição da MP 1.740/98 que importou em interrupção da contagem da prescrição quinquenal (ART. 1º do Decreto nº 20.910/32), passando o termo final a ser 30/06/2003. Ação proposta em 30/04/2010. Prescrição consumada. Apelação improvida.

Os embargos de declaração opostos contra aludida decisão foram rejeitados.

O recorrente alega a existência de contrariedade aos arts. 1º, 2º, 3º e 4º da Lei n. 8.622/1993; 1º, 2º, 3º e 4º da Lei n. 8.627/1193; 1º do Decreto n. 20.910/1932; e Medida Provisória n. 1.704/1998, bem como à Súmula 85 do STJ. Acena, ainda, com dissídio jurisprudencial.

Salienta, em síntese, que não se aplica a prescrição do fundo de direito, uma vez que, com a edição da MP n. 1.704/1998, passou a necessariamente implicar o reconhecimento do direito ao reajuste de 28,86%, e, por conseguinte, a renúncia da prescrição pela administração pública.

Assevera, de outra parte, que o objeto da presente ação visa à implantação correta e integral do reajuste de 28,86%, que não foi devidamente cumprida pela administração.

Foram apresentadas contrarrazões.

Admitido o recurso especial na origem, os autos vieram-me conclusos.

Assistência judiciária deferida na origem (e-STJ, fl. 79).

É o relatório.

A Corte de origem reconheceu a prescrição, com base no seguinte (e-STJ, fl. 143):

Discute-se nestes autos acerca da possibilidade de implantação nos vencimentos/proventos da(o) recorrente da diferença entre o índice integral

Superior Tribunal de Justiça

de 28,86% e aquele efetivamente implantado, a que se referem às Leis ns. 8.622 e 8.627/93.

No caso presente, deve realmente ser reconhecida a prescrição, pois a data do fato, objeto da ação, é anterior aos cinco anos anteriores à propositura da ação (30/04/2010), não havendo, inclusive, resíduo a ser pago, dentro deste período, relativamente ao referido parcelamento do valor devido.

E, há que se frisar, ainda, que a prescrição não se conta de cada pagamento, mas da data em que foi firmado o acordo, pois nesta ocasião, o servidor já sabia quanto iria receber.

O entendimento externado pelo Tribunal de origem está em confronto com a orientação do Superior Tribunal de Justiça, em recurso repetitivo (REsp 990.284/RS, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJe 13/4/2009), ao firmar a compreensão de renúncia tácita da prescrição com a edição da Medida Provisória n. 1.704/1998, nas ações que discutem o direito ao reajuste de 28,86%, e, "nesse sentido, se ajuizada a ação ordinária dos servidores até 30/6/2003, os efeitos financeiros devem retroagir a janeiro de 1993; e se proposta após 30/6/2003, deve ser aplicado apenas o enunciado da Súmula 85 desta Corte". No caso dos autos, a ação judicial foi proposta em 21/9/2009.

A propósito:

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE DE 28,86%. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. OMISSÃO NÃO CONFIGURADA. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DO DIREITO. INOCORRÊNCIA. APLICAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA 85/STJ.

[...]

2. Quanto à prescrição, a irresignação merece melhor sorte. A Corte *a quo* julgou a lide em contrariedade à jurisprudência remansosa do STJ, segundo a qual, em relação ao reajuste de 26,86%, "é no vencimento da última prestação que o prejudicado passa a ter interesse em reivindicar qualquer diferença (*princípio da actio nata*), não correndo a prescrição durante o parcelamento" (REsp 1.179.785/PE, Rel. Ministro Og Fernandes, Sexta Turma, julgado em 27/9/2012, DJe 24/10/2012).

3. Aplica-se à espécie, ademais, a Súmula 85/STJ. A Terceira Seção do STJ, no julgamento do Recurso Especial 990.284/RS, DJe de 13/4/2009, da relatoria da Ministra Maria Thereza de Assis Moura, que trata de matéria semelhante à versada nos presentes autos, pacificou o entendimento de que, com a renúncia pela MP 1.704/1998 do prazo prescricional relativo à pretensão de militares ao reajuste de 28,86% desde janeiro de 1993, se ajuizada a ação ordinária dos servidores até 30/6/2003, os efeitos financeiros devem retroagir a janeiro de 1993. Consignou-se também que aos casos em que a ação for proposta após 30/6/2003 aplica-se o enunciado 85 da Súmula desta Corte.

4. A adoção do entendimento contido no verbete sumular 85/STJ reclama a existência de uma relação de trato sucessivo, na qual a violação do direito da parte renova-se continuamente, surgindo uma nova pretensão a cada

Superior Tribunal de Justiça

dia/mês/ano. É precisamente a hipótese dos autos.

5. Prescrição do fundo do direito não configurada, razão pela qual o Acórdão recorrido há de ser anulado por ter se limitado à prejudicial de mérito ora superada.

6. Recurso Especial provido, para anular o Acórdão recorrido e determinar o retorno dos autos à origem para novo julgamento.

(REsp 1.676.479/RS, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/9/2017, DJe 10/10/2017)

No presente incidente, inafastável a aplicação da Súmula 85 do STJ, "tendo em vista que a jurisprudência desta Corte firmou entendimento de que, nas hipóteses em que a ação visa o pagamento das diferenças decorrentes de concessão a menor do reajuste de 28,86%, ante o descumprimento do acordo administrativo celebrado, a causa de pedir se refere a direito que se renova mês a mês, configurando relação de trato sucessivo" (AgInt no AREsp 491.683/PB, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 4/2/2019).

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ERRO MATERIAL. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE DE 28,86%. APLICAÇÃO DA SÚMULA 85 DO STJ. EMBARGOS DECLARATÓRIOS ACOLHIDOS, COM EFEITOS INFRINGENTES.

1. Prestam-se os Declaratórios ao suprimimento de omissão, à harmonização de pontos contraditórios ou a esclarecer obscuridades. Os efeitos infringentes ou modificativos serão admitidos nos casos em que se verificar a presença de ao menos um dos requisitos autorizadores dos declaratórios ou mesmo de erro material.

2. A Terceira Seção do STJ, no julgamento do REsp 990.284/RS, sob a sistemática dos recursos especiais repetitivos (art. 543-C, do CPC), decidiu que a edição da Medida Provisória 1.704/1998 implicou renúncia tácita do prazo prescricional; porém, ajuizada a ação antes de 30.6.2003, os efeitos retroagem a janeiro de 1993, enquanto para as ações ajuizadas após 30.6.2003 incide a Súmula 85/STJ.

3. No caso, a parte autora busca o pagamento de diferenças decorrentes de implantação a menor do reajuste de 28,86%, alegando que a administração não cumpriu de forma integral o acordo administrativo com ela celebrado. Com efeito, a causa de pedir está relacionada a violação a direito que se renova mês a mês, em relação de trato sucessivo, daí a aplicação da Súmula 85/STJ (apesar do ajuizamento da demanda apenas em 2009).

4. Embargos de Declaração acolhidos, com efeitos infringentes, para afastar a prescrição do fundo de direito e determinar o retorno dos autos ao juízo de primeiro grau para que prossiga no julgamento da causa, como de direito.

(EDcl no AgRg no REsp 1.483.403/PB, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/3/2015, DJe 31/3/2015)

ADMINISTRATIVO. REPOSIÇÃO DE DIFERENÇAS ORIUNDAS DE DESCUMPRIMENTO DE ACORDO ADMINISTRATIVO. RELAÇÃO

Superior Tribunal de Justiça

DE TRATO SUCESSIVO. SÚMULA 85/STJ. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. NÃO OCORRÊNCIA.

1. A edição da Medida Provisória 1.704/1998 implicou a renúncia tácita do prazo prescricional, e, tendo sido ajuizada a ação antes de 30/6/2003, os efeitos retroagem a janeiro de 1993, enquanto que, para as ações ajuizadas após 30/6/2003, incide a Súmula 85/STJ. Precedente: REsp 990.284/RS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 13/4/2009, julgado sob a sistemática do art. 543- C do CPC.

2. Busca o autor, no caso dos autos, o pagamento de diferenças decorrentes de concessão a menor do reajuste de 28,86%, alegando que a Administração não cumpriu integralmente o acordo administrativo com ele celebrado. A causa de pedir está, portanto, relacionada à violação de direito que se renova mês a mês, em relação de trato sucessivo, aplicando-se a Súmula 85/STJ.

Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1.509.615/PB, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/3/2015, DJe 24/3/2015)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, V, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, III, do RISTJ e a Súmula 568/STJ, dou provimento ao recurso especial, nos termos da fundamentação, para afastar a prescrição do fundo de direito e determinar o retorno dos autos ao Juízo de primeiro grau para que prossiga no julgamento da causa, como de direito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Ministro